

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Renato Alves/Agência Brasília



Celina lidera a sucessão de Ibaneis

Paraná Pesquisas confirma divisão da direita no DF

Há alguns dias, comentamos por aqui que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aposta muito numa divisão da direita para ajudar nas suas pretensões eleitorais. Com a ausência de Jair Bolsonaro, inelegível, no páreo, verifica-se uma pulverização das opções de direita. E que acaba também se espalhando nas disputas regionais. O Correio Político mostrava como isso se

verifica no caso do Distrito Federal. E levantamento divulgado nesta segunda-feira (9) pelo Paraná Pesquisas confirma essa divisão. Quem imaginava que há um caminho tranquilo para a vice-governadora Celina Leão (PP) percorrer rumo ao Palácio do Buriti em 2026 viu que não é bem assim. O Paraná a mostra na frente com uma vantagem não muito grande.

Linhares

Celina lidera em todos os cenários estimulados testados. Mas surge no seu encalço alguém que não era até então mencionado nas articulações: o deputado federal e apresentador de TV, Fred Linhares (Republicanos). No primeiro cenário, ela tem 31,1% e ele 21,5%.

Arruda

Nesse cenário, aparece outro nome importante no campo da direita, o ex-governador José Roberto Arruda (PL). No caso, ele é o terceiro com 15,3%. Leandro Grass (PV), que foi o candidato da esquerda na última eleição contra Ibaneis Rocha, vem depois com 8,4%.

Divulgação Damares



Michelle apoiou Damares para Senado em 2022

Sem Arruda, Linhares se aproxima mais

Tirando Arruda do cenário, boa parte dos votos não vai para Celina. Mas para Linhares. No caso, ela fica com 34,4% e o deputado e apresentador de TV vai a 26%. Grass passa 8,9%. Os dados são especialmente importantes porque os partidos de direita estão divididos para o Senado. Querem a vaga o governador Ibaneis Ro-

cha (MDB), a deputada Bia Kicis (PL), o senador Izalci Lucas (PL) e a esposa de Bolsonaro, Michelle. Um eventual crescimento das chances de Linhares pode animar a formação de chapas diferentes: uma com Celina e Ibaneis, e outra com Linhares e o PL. E Arruda acaba correndo por fora num outro possível páreo.

Senado

Para o Senado, Michelle lidera com 42,8%. Ibaneis é o segundo, com 36,5%. E, de novo, a esquerda surge com alguma chance. A terceira é a senadora Leila do Vôlei (PDT), com 29,7%, com a deputada Erika Kokay (PT), com 24%. Bia Kicis surge depois, com 18,3%.

União

Situações parecidas estão acontecendo em outros estados, inclusive no Rio de Janeiro. Há, porém, quem avalie que não será problema uma eventual divisão da direita no primeiro turno, desde que, ao final, todos se juntem no segundo turno nas eleições majoritárias.

Divisão

Em 2022, essa divisão acabou acontecendo. E, no caso, prejudicando a candidatura de Flávia Arruda, que era a candidata oficial do PL. Damares Alves (Republicanos) acabou saindo em disputa com ela, e acabou vencendo tendo especialmente o apoio de Michelle Bolsonaro.

Risco

Dependerá de como, porém, se derem as disputas no primeiro. Até porque as escolhas do eleitor nem sempre seguem somente questões ideológicas. Além disso, quando a disputa resvalar para os cargos sem segundo turno, caso do Senado, pode favorecer os adversários.

Cid: Bolsonaro sabia e alterou minuta de golpe

Delator e Alexandre Ramagem foram interrogados no STF

Por Gabriela Gallo

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a ouvir os interrogatórios dos oito réus do núcleo principal de tentativa de golpe de Estado. Nesta segunda-feira (9), o ministro-relator do caso Alexandre de Moraes, o ministro Luiz Fux (os demais ministros da Primeira Turma não estavam presentes) e o procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, ouviram o ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro tenente-coronel Mauro Cid e o deputado federal e ex-diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem (PL-RJ).

As sessões de depoimentos dos acusados seguem ao longo desta semana. As sessões na Corte para ouvir os demais réus estão agendadas para as 9h nesta terça-feira (10), quinta-feira (12) e sexta (13). Na quarta-feira (11), a sessão começará às 8h. O próximo a se defender é o ex-comandante da Marinha Almir Garnier.

Minuta

Os ministros ouviram primeiro o depoimento de Mauro Cid porque ele foi o delator do caso – ele firmou um acordo de colaboração premiada. Em seu depoimento, ele confirmou que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) teve acesso à minuta do golpe – documento elaborado que implementava Estado de Sítio e prisão de autoridades para impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva e garantir



Ton Molina/STF

À frente de Bolsonaro e dos demais réus, Cid depõe

a permanência de Bolsonaro ao poder.

“O documento consistia em duas partes. A primeira parte eram os considerandos. Dez, onze, doze páginas, muito robusto. Esses considerandos listavam as possíveis interferências do STF e TSE [Tribunal Superior Eleitoral] no governo Bolsonaro e nas eleições. Na segunda parte, entrava em uma área mais jurídica, estado de defesa, estado de sítio e prisão de autoridades”, detalhou Cid.

O ex-presidente leu o documento e fez algumas alterações: “Ele [Bolsonaro], de certa forma, enxugou o documento. Basicamente, retirando as autoridades das prisões. Somente o senhor [Alexandre de Moraes]

ficaria como preso”, afirmou Cid. Na época da elaboração do documento, Moraes era presidente do TSE.

“Mesa de bar”

Em diversos momentos de seu depoimento, o ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro tentou aliviar as situações, alegando que em diversas conversas encontradas em seus aparelhos eletrônicos apreendidos “não houve um caráter formal”. Com isso, ele citou mais de uma vez que, por terem pessoas conservadoras e radicais, eram como se fossem “amigos discutindo em uma mesa de bar”.

Mauro Cid ainda pontuou que Jair Bolsonaro “sempre buscou” alguma irregularidade

Câmara vai cassar mandato de Carla Zambelli, diz Motta

Lula Marques/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou nesta segunda-feira (9) que a Casa vai cumprir a recente determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) que ordenou a cassação do mandato da deputada federal licenciada Carla Zambelli (PL-SP), condenada a dez anos de prisão pela invasão dos sistemas eletrônicos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A parlamentar já perderia o cargo, pois a pena a ser cumprida em regime fechado é superior aos 120 dias — limite anual de ausências permitidas pela Constituição Federal em sessões legislativas. Para Motta, então, como o julgamento já foi concluído, não há contestação e, portanto, ele não submeterá o assunto à votação em plenário.

Ele também esclareceu que a deputada havia solicitado licença médica antes de sua partida para a Europa e que, por isso, seu suplente, Coronel Tadeu (PL-SP), assumiu o cargo temporariamente. Agora, Tadeu assumirá efetivamente a vaga.

“O tratamento que vamos dar é o de seguir o rito regimental para o cumprimento da decisão do STF. Até porque esta é a única alternativa; é a única coisa que temos a fazer, já que o processo foi concluído, com a condenação”, comentou Motta, ao participar de um evento realizado pelos jornais Valor e O Globo e pela CBN, em São Paulo.



Segundo Motta, Zambelli já está virtualmente cassada

Condenação

Na última sexta-feira (6), os integrantes da Primeira Turma do Supremo rejeitaram, por unanimidade, o recurso da deputada contra a sua condenação e confirmaram a sentença já definida no dia 14 de maio. A decisão também prevê a declaração de sua inelegibilidade por um período de oito anos, além do pagamento de R\$ 2 milhões por danos morais coletivos, valor que deverá ser dividido com o hacker Walter Delgatti — também condenado no processo, por ser o executor da invasão ao sistema do CNJ.

Delgatti, que foi condenado a oito anos e três meses de prisão, tentou reduzir sua pena com base no tempo em que já está preso preventivamente. No entanto, Moraes rejeitou o

pedido afirmando que a detração — que considera o período de prisão anterior à condenação — só pode ser analisada na fase de execução penal, que ocorrerá após o trânsito em julgado do caso.

Extradição

A confirmação da condenação aconteceu três dias depois de a deputada deixar o Brasil, com o objetivo de se estabelecer na Europa, evitando uma possível prisão. O relator do processo na Corte, ministro Alexandre de Moraes determinou ainda, o envio do pedido de extradição de Carla Zambelli ao Ministério da Justiça — ela teve o nome incluído na Difusão Vermelha da Interpol (Organização Policial Internacional) e, segundo informações

no sistema das urnas eletrônicas. “A grande preocupação do presidente, no meu ponto de vista, sempre foi encontrar uma fraude nas urnas, coisa que sempre foi muito ostensivo dentro da opinião do presidente”, ele disse.

Ramagem

Após o depoimento de Mauro Cid, depois o deputado federal e ex-diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Em seu depoimento, ele acusou os delegados da Polícia Federal (PF) de omitirem parte de seu depoimento, o que influenciou diretamente sua incriminação. Com isso, ele alega que será capaz de provar sua inocência.

já recebidas pela Polícia Federal, encontra-se atualmente na Itália, país que antecipou que iria residir, aproveitando sua cidadania italiana.

Em meio à situação, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, falou sobre os próximos passos do governo brasileiro em relação ao caso de Zambelli. Em viagem à França, onde compôs a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Lewandowski destacou que o pedido de extradição já está em andamento.

X recorre

Para a parlamentar, a condenação sofrida é inconstitucional e ela se colocou como vítima de perseguição política. Além de também ter tido os bens, passaportes e contas bancárias bloqueadas, suas redes sociais também foram suspensas sob pena de multa diária de R\$ 100 mil às empresas por descumprimento.

Ainda nesta segunda-feira (9), a plataforma X (antigo Twitter) apresentou um recurso à decisão do STF que ordenou o bloqueio das contas, sob a argumentação de “censura prévia de conteúdo lícito”. A rede social sugere como alternativa a remoção apenas do conteúdo considerado ilícito, e não o perfil em si. Para embasar a ação, citou o artigo 19 do Marco Civil da Internet, que a constitucionalidade está sendo analisada pela Corte.

“O X Brasil respeitosamente requer seja reconsiderada a decisão agravada”, diz trecho do documento.